

# PROGNÓSTICO AGRÍCOLA 1991/92

## batata de inverno, cebola clara precoce, cana-de-açúcar, feijão de inverno, trigo, fruticultura

Antonio Ambrósio Amaro, Hiroshige Okawa, José Roberto da Silva, Luiz Carlos Miranda, Luis Henrique Perez, Malimíria Norico Otani, Maria Célia Martins de Souza, Marli Dias Mascarenhas Oliveira, Pécisio de Carvalho Junqueira, Regina Junko Yoshii, Waldemar Pires de Camargo Filho<sup>1</sup>

### 1 - INTRODUÇÃO

Uma grande produção nacional de grãos na safra 1991/92 (de verão e da seca), particularmente de milho, diante de um quadro recessivo pelo lado da demanda agregada interna, com conseqüente queda de preços reais, tem sido a tônica dos mercados agrícolas nos primeiros seis meses de 1992.

Conquanto a comercialização esteja ainda em andamento, estimativas preliminares da receita bruta dos agricultores paulistas revelam um resultado final em 1991/92 melhor do que em 1990/91. Porém, para vários segmentos, entre os quais café, cebola, batata, algodão, amendoim e milho, ela deverá se constituir em mais uma perda real no valor.

Cumpre lembrar que antes do plantio, o Governo Federal concedeu ao setor agrícola um tratamento prioritário na safra 1991/92, visando incentivar a produção de alimentos básicos, como forma de conter o aumento dos preços da alimentação, cujos índices vinham se elevando em razão dos baixos níveis obtidos na produção agrícola dos dois anos anteriores.

Outrossim, face às limitações de recursos financeiros disponíveis num panorama de extrema

dificuldade, enfrentada pela economia brasileira, o Governo procurou também definir regras e parâmetros com vistas ao crédito rural, procurando recuperar os recursos que já estão à disposição dos produtores e que nem sempre retornam em tempo oportuno para propiciarem o reinício de novos ciclos de cultivo.

Se de um lado a liberação dos preços dos alimentos em todo o País foi um fato auspicioso, por outro, a decisão do Governo Federal de se retirar ou diminuir sua interferência na comercialização, no período de colheita, provocou um vácuo repentino no mercado, fazendo com que a ausência de um grande comprador, cujo papel é também o de estabilização da renda dos produtores, provocasse um significativo enfraquecimento dos preços (no primeiro semestre de 1992).

Essa situação poderá ficar ainda mais grave quando cessarem as correções dos preços mínimos num cenário incerto a respeito do comportamento dos preços e de juros elevados, provocando a retração da iniciativa privada na formação de estoques, tanto por parte dos produtores como dos compradores.

Observe-se, portanto, que os plantios da safra de inverno (1992) estão sendo efetuados num momento de retração da demanda, influenciando as decisões dos agricultores. Medidas, como o financia-

---

<sup>1</sup>Pesquisadores Científicos do Instituto de Economia Agrícola.

mento de pré-custeio, poderão atenuar a situação mas, no caso do trigo, a semeadura está sendo completada após uma mudança radical no sistema de comercialização e as primeiras indicações são de redução da área a ser cultivada e que, se forem confirmadas, elevarão as necessidades de sua importação em 1993. Por sua vez, a cultura de uvas finas para mesa vem despontando como uma atividade moderna e que vem sendo ampliada em algumas regiões de agricultura intensiva.

Quanto à batata e cebola, são atividades que deverão merecer estudos mais acurados para ajustes e decisões importantes por parte dos produtores e do Governo, tendo em conta que com a criação do MERCOSUL a concorrência comercial ficou muito mais acirrada e que os consumidores serão os juízes finais no tocante a preços e qualidade.

Pela sua abrangência, a questão do crédito agrícola mereceu um estudo à parte, consubstanciado neste número de **Informações Econômicas** como um artigo técnico.

Outros assuntos tratados neste mesmo número referem-se às análises da situação da cana-de-açúcar e de frutas.

## 2 - ANÁLISE DE PRODUTOS

### - BATATA DE INVERNO

A produção anual média brasileira de batata, segundo o IBGE, no biênio 1990-91 foi de 2,2 milhões de toneladas. Os cultivos ocorrem durante o ano todo e predominam nas Regiões Sul e Sudeste, em três épocas distintas. O cultivo das águas, cuja colheita é feita de novembro a março, é o maior, participando com 55% do total brasileiro e é feito em todas as Regiões. O segundo cultivo é o da seca, cuja colheita vai de abril a julho e participa com 31% do total anual. Em seguida, aparece o cultivo de inverno, com colheita de agosto a outubro, apenas nos Estados de Minas Gerais e São Paulo.

As Regiões Sudeste e Sul são as maiores produtoras brasileiras. O Sul participa com 51% da produção nacional, destacando-se o Estado do Paraná como o maior produtor. A Região Sudeste participa com 47% do total anual do País, produzindo 20% nas águas, 13% na seca e 14% na safra de inverno.

De maneira geral, o mercado de batata é firme de abril a outubro e os preços são baixos de novembro a março. O preço médio de batata comum no mercado atacadista de São Paulo no período de 1980-91 foi de US\$17,25 por saca de 60 kg, tendo apresentado variação de US\$13,09 a US\$20,64 (Figura 1).

Em 1991, a produção na safra da seca no Brasil teve acréscimo de 8%, relativamente a 1990, em virtude de aumentos na área cultivada e na produtividade, enquanto na safra de inverno houve acréscimo de 18%, também em relação a 1990, principalmente pela expansão da área cultivada. Na safra das águas de 1991/92 (semeada a partir de novembro de 1991) observou-se retração de 9% na produção provocada por menor área plantada em virtude da expectativa de novos resultados financeiros negativos como no segundo semestre de 1991.

Além do aumento da produção de batata nas safras da seca e de inverno, em 1991, verificou-se queda no consumo devida à crise econômica, que abateu os salários e diminuiu o poder aquisitivo da população, e incidência de sarna pulverulenta na região de Vargem Grande do Sul e Monte Mor,

municípios grandes produtores de batata de inverno, especialmente do cultivar Achat.

Essa doença fúngica é oriunda de países de clima temperado do primeiro mundo e, provavelmente, chegou ao Brasil através dos tubérculos-sementes importados, tendo em vista que a fiscalização é falha para as doenças menos comuns e o Serviço de Certificação do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária talvez não conseguiu identificá-la, permitindo a multiplicação dos tubérculos doentes.

Em 1991, o frio de inverno e o excesso de umidade proporcionaram ambiente propício ao fungo que atingiu em cheio os batatais, principalmente aqueles que em julho e agosto estavam em fase de formação dos tubérculos e plantados com a cultivar Achat.

Em 1992, não bastasse esse contexto do ano anterior, os produtores foram protelando suas colheitas, de maneira que até maio (início da colheita da seca) o mercado se encontrou com cotações deprimidas devido aos remanescentes da safra das águas, já com baixa qualidade dado que os tubérculos escureceram à espera da colheita.

Apenas os bataticultores especializados no cultivo de batata lisa (Bintje, Baraka, Radosa e Marikje) tiveram menores prejuízos, posto que o custo para a produção no segundo semestre foi estimado em torno de US\$15,00/sc. 60 kg e o preço nesse período foi sempre abaixo desse valor, embora a batata lisa consiga preços acima da batata comum.

No primeiro quadrimestre de 1992 os preços no mercado atacadista foram reajustados, mas mostraram-se ainda insuficientes para cobrir o custo de produção operacional efetivo, tendo em vista que esse valor para a batata da seca foi de US\$10,39/sc. 50 kg, enquanto a média dos preços foi de US\$7,54/sc. 50 kg.

Para 1992 o custo da produção de batata de inverno, conforme estimativa do IEA, é de Cr\$17.829,84/sc. 50 kg ou US\$7,73/sc. O principal item na despesa é batata-semente com 30,18%, seguido de defensivos com 20,75%, adubos e corretivos 19,76% e, por último, operação de máquinas com 12,34% de participação (Tabela 1).

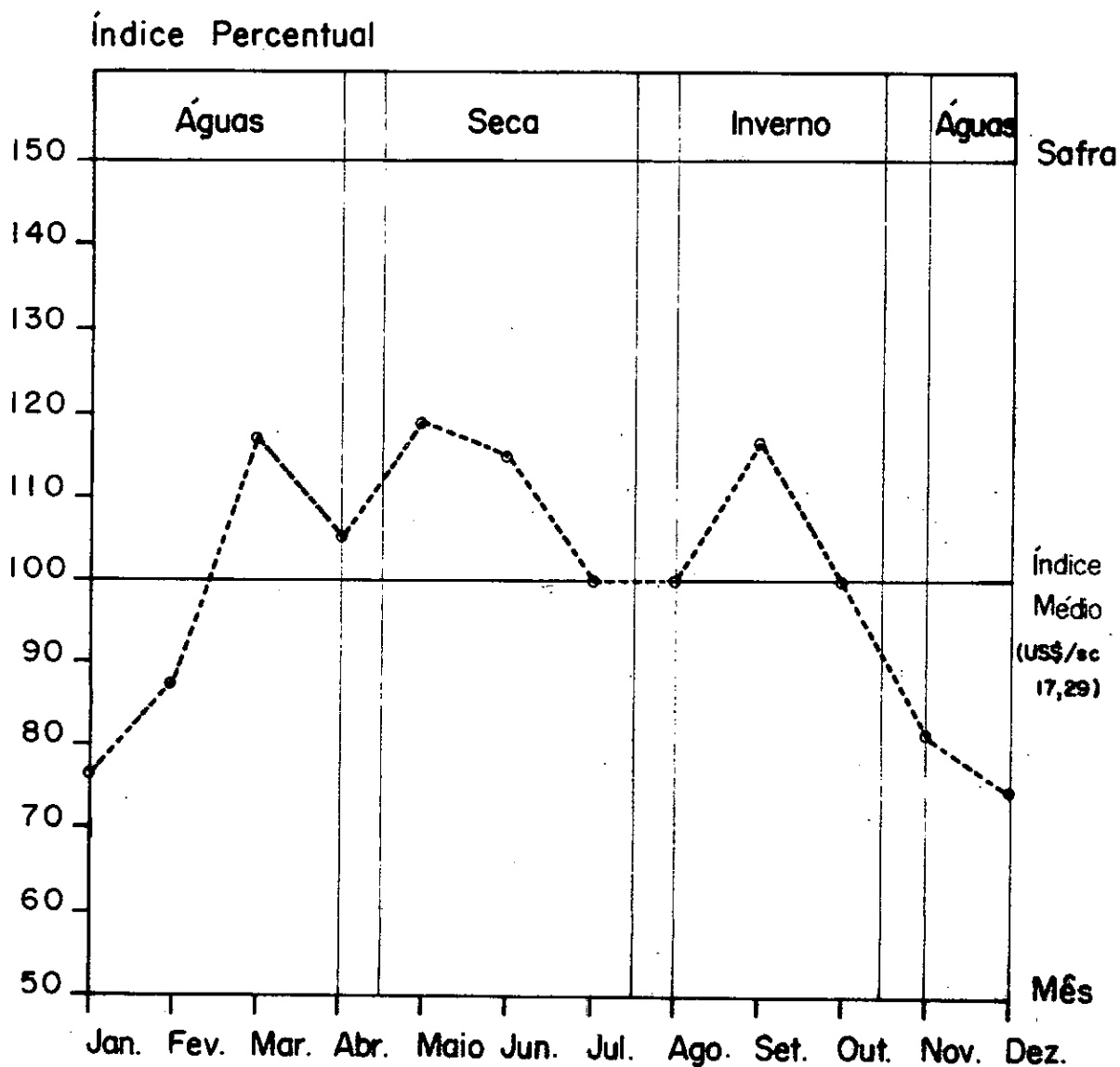


FIGURA 1 - Distribuição Percentual Mensal do Preço de Batata no Comércio Atacadista de São Paulo, 1980-91, em dólar.

Ao final da década de 70 a política de multiplicação do tubérculo-semente, importado da Europa, foi mudada, visando diminuir o dispêndio na balança comercial brasileira. De fato, esse objetivo foi atingido, no entanto, o custo real ao produtor não diminuiu. Além disso, o itinerário para multiplicação do tubérculo é ineficaz, porque permitiu a entrada de doenças inexistentes no País. Diante disso, o Governo Federal deve aumentar a eficácia no controle de pragas e doenças, e ao mesmo tempo promover a diminuição do custo de multiplicação. Para tanto, deveria haver uma reorganização do serviço de certificação e fiscalização, podendo o Governo Federal delegar a multiplicação da batata-semente às cooperativas e associações de produtores, ficando o Governo dos Estados com a incumbência de determinar as áreas propícias à multiplicação. Caberia também aos Governos Federal e Estadual a fiscalização sanitária e a emissão de laudos de certificação. É

possível, baseado em observações dessa prática na iniciativa privada, reduzir o custo da batata para o produtor em 40%, o que diminuiria de 15% a 20% o custo operacional total, desde que as entidades de classes possam importar o tubérculo sem intermediação.

Esses aspectos ganham mais expressão com o MERCOSUL, tendo em vista que na Argentina existem doenças que ainda não ocorrem no Brasil.

A produção na safra da seca de 1992 aumentou em São Paulo (14,7%) e a área plantada na safra de inverno atingiu 9.200 ha, ou seja, 6,3% menor que em 1991, porém representa incremento de área de 25% relativamente a 1990.

A expectativa é de que em agosto os preços atinjam os níveis necessários para cobrir custo, lucro e despesa, particularmente se ocorrerem geadas que eliminem parte da safra.

TABELA 1 - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Batata de Inverno, Tração Motomecanizada, Produção de 540 sc. 50 kg, por Hectare, DIRA de Sorocaba, Estado de São Paulo, Safra 1991/92

Item	Cr\$		US\$ <sup>1</sup> Por saca	Participação percentual
	Por hectare	Por saca		
Mão-de-obra	177.885,95	329,42	0,14	1,85
Sementes	2.905.854,00	5.381,21	2,33	30,18
Aubos e corretivos	1.902.300,00	3.522,78	1,53	19,76
Defensivos	1.997.525,00	3.699,12	1,60	20,75
Operação de máquinas	1.187.775,59	2.199,58	0,95	12,34
Colheita empreitada	132.000,00	244,44	0,11	1,37
Sacaria	459.000,00	850,00	0,37	4,77
Custo operacional efetivo	8.762.340,54	16.226,56	7,04	91,01
Depreciação de máquinas	579.036,85	1.072,29	0,46	6,01
Encargos financeiros	197.152,66	365,10	0,16	2,05
Encargos sociais	89.583,36	165,90	0,07	0,93
Custo operacional total	9.628.113,41	17.829,84	7,73	100,00

<sup>1</sup>Valor médio do dólar comercial da segunda quinzena de abril = Cr\$2.306,22.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

## - CEBOLA CLARA PRECOCE

A produção média brasileira de cebola em 1990 e 1991 foi de 874.000 toneladas por ano, sendo 52% produzidos no Sul do País, destacando-se Santa Catarina como principal produtor regional. Coube ao Sudeste 34% do total anual, onde São Paulo é o maior produtor, com três cultivos anuais. E, finalmente, a Região Nordeste que produziu 14% do total no biênio.

De maneira geral, o abastecimento de novembro a abril é realizado com cebola baia periforme, cuja colheita mais precoce ocorre em São Paulo, de outubro a dezembro. No Sul do País, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, a colheita é realizada em dezembro e janeiro, sendo a produção estocada para o abastecimento nacional de janeiro a maio. No bimestre maio-junho, a produção de bulbinhos ou soqueira da região de Piedade (SP) abastece o Brasil, complementada com remanescentes de outras regiões. No período julho a outubro, o abastecimento nacional é realizado com a produção de claras precoces, cujas sementes são importadas e cultivadas na região nordestina (Pernambuco e Bahia) e no Estado de São Paulo (São José do Rio Pardo e Monte Alto) (Figura 2).

Em virtude de aumento de preços em junho e julho de 1990, houve aumento na quantidade produzida em 1991 e também importação de cebola. Conseqüentemente, de maio a dezembro de 1991 os preços no mercado atacadista mantiveram-se baixíssimos, remunerando apenas 50% do custo e produção, de maneira que para os produtores o segundo semestre de 1991 foi um dos piores, em termos de resultados financeiros.

O fator principal da crise foi o excesso de produção no Estado de Santa Catarina que, desde 1987, vem aumentando sistematicamente a produção, enquanto o mercado brasileiro encontra-se retraído, não comportando o volume produzido no Sul. Além disso, as lavouras catarinenses têm uma das menores produtividades do Brasil e a qualidade final do bulbo deixa a desejar. Ademais, a cebola catarinense suporta estocagem satisfatória apenas por quatro meses (de janeiro a abril). No entanto, devido ao excesso de produção, esses bulbos têm perdurado até junho no mercado mas perdem muito em qualidade, inclusive com brotamento.

Somado a esse desajuste do manejo de estoques pelos produtos de Santa Catarina, em 1991 houve retenção da oferta provocando falta (artificial) do produto, que elevou os preços e possibilitou a entrada no Brasil da cebola argentina. Não bastasse o excesso de produção do Sul, em maio-junho de 1991, ocorreu a safra de bulbinhos de Piedade, estimada em 88.000 toneladas. A partir de julho as claras precoces do Nordeste e Sudeste continuaram a ser ofertadas em demasia, num mercado retraído.

Em 1992, o mercado iniciou-se fraco, com os produtores do Sul do País tentando reequilibrar os preços no mercado, o que ocorreu em fevereiro. No Estado de Santa Catarina houve aumento da produção em 20% nesta safra, atingindo uma colheita de 532.000 toneladas. Essa quantidade, considerando perdas pós-colheita e no armazenamento de 45% (neste ano), resulta em 292.600 toneladas de bulbos que deveriam ser ofertados até maio, o que equivale a cerca de 58.000 t/mês. No entanto, o mercado brasileiro consome no máximo 55.000 t/mês, sendo que no segundo semestre de 1991 não chegou a 50.000 t/mês.

Além do excesso de produção, os produtores catarinenses novamente procuraram reter os estoques em março de 1992, de maneira que em abril e maio já ocorria novamente internalização da cebola argentina no Brasil. Desse modo, até junho, deve continuar a crise dos preços aos produtores de Piedade.

Na Região Nordeste, em 1992, houve retração de semeadura relativamente a 1990 e 1991 e atraso no plantio, em razão dos prejuízos no ano passado e das enchentes no primeiro trimestre deste ano, calculando-se que deverão ser cultivados 7.000 hectares que produzirão 100.000 toneladas de cebola a serem ofertadas de agosto a outubro.

No Estado de São Paulo, o cultivo de baia periforme a ser colhida de novembro a dezembro deverá ter retração de 10% na produção. A cebola clara precoce cultivada em São José do Rio Pardo (região de Campinas) e Monte Alto (região de Ribeirão Preto) deverá ser ofertada de agosto a outubro e também sofreu retração de área e produção relativamente a 1991. A previsão de quantidade ofertada é de 100.000 toneladas a serem produzidas em 5.300 hectares.

Na região de Sorocaba, cujo pólo produtor

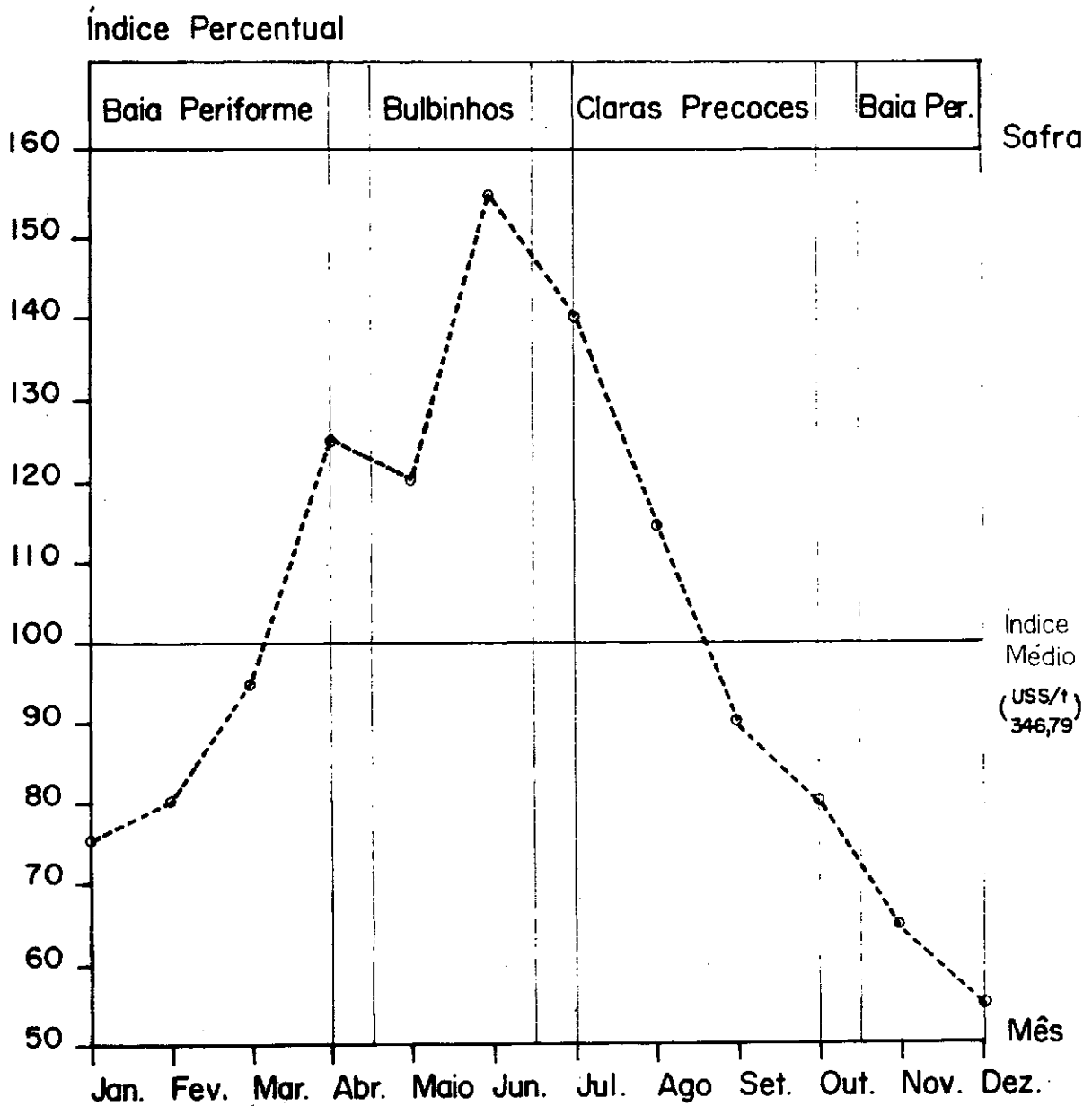


FIGURA 2 - Distribuição Percentual Mensal do Preço de Cebola no Comércio Atacadista de São Paulo, 1980-91, em dólar.

é o município de Piedade, em fevereiro de 1992 foram semeados 3.180 hectares com bulbinhos que deverão produzir cerca de 63.600 toneladas a serem ofertadas em maio-junho.

No período de maio a outubro normalmente (até 1990) o abastecimento é feito com as safras de bulbinho e claras precoces. Dessa forma, as colheitas em 1992 em São Paulo e Nordeste para esses cultivos somarão 263.600 toneladas, equivalentes a cerca de 44.000 t/mês, compatíveis com o mercado recessivo. No entanto, o excesso de cebola de Santa Catarina e as importações da Argentina novamente deverão levar os produtores do Brasil inteiro a terem prejuízos, pelo segundo ano consecutivo, sem ter como cobrir as dívidas de 1991 e o custeio para outras culturas, inclusive o de cebola em 1993.

Como ilustração apresenta-se o custo de produção de cebola clara (híbrida) na região de São José do Rio Pardo (maior município produtor em São

Paulo) realizado pela Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda (COOXUPÉ) com base nos informes de seus cooperados que utilizam de média à alta tecnologia, auferem produtividade de 27 t/ha e são realizados com meeiros. Consideraram-se a mão-de-obra necessária e o valor da diária de volante sem os encargos sociais.

Para o cálculo da operação de máquinas no preparo do solo e transporte interno, consideram-se o valor de aluguel e as horas necessárias para a operação.

Em maio o custo para produzir 1.000 kg de bulbos foi de Cr\$296.113,00 ou US\$118,45. O item mais oneroso foi mão-de-obra (40%), seguido de defensivos (19,0%) e adubos (12,9%). Esse custo equivale ao custo operacional efetivo utilizando os preços de mercado. Para obter o custo operacional total (COT) devem ser acrescidos os encargos financeiros (Tabela 2).

TABELA 2 - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Cebola Clara Precoce, Tecnologia de Produção para 27 Toneladas, por Hectare, São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo<sup>1</sup>

Item	Valor/hectare		Participação	
	Cr\$	US\$	Cr\$/t	%
Formação de canteiro	120.575	48,23	4.466	1,6
Sementes	750.000	300,00	27.778	9,4
Preparo do solo	465.000	186,00	17.222	5,8
Mão-de-obra	3.200.000	1.280,00	118.518	40,0
Fertilizantes e corretivos	1.021.400	408,56	37.830	12,8
Defensivos	1.520.575	608,23	56.318	19,0
Irrigação	330.000	132,00	12.222	4,1
Transporte interno	587.500	235,00	21.759	7,4
Total geral	7.995.050	3.198,02	296.113	100,0

<sup>1</sup>Custo calculado em 10/05/92, dólar do dia = Cr\$2.500,00.

Fonte: Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda (COOXUPÉ), Núcleo São José do Rio Pardo.



## - CANA-DE-AÇÚCAR

A safra paulista 1991/92 de cana-de-açúcar foi encerrada com um balanço positivo na produção de açúcar e álcool. A estimativa de produção de açúcar do Departamento de Assuntos Sucro-Alcooleiros da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) da Presidência da República para o Estado de São Paulo era de 3,9 milhões de toneladas e a de álcool de 8,2 bilhões de litros. A produção realizada foi de 4,6 milhões de toneladas e 8,5 bilhões de litros, respectivamente. Esse resultado foi consequência das condições climáticas favoráveis que propiciaram rendimentos agrícola e industrial elevados, como se pode verificar com a produção de açúcar que apresentou rendimento de 115 kg por tonelada de cana, contra 109 kg por tonelada na safra anterior.

A produção efetiva na Região Centro-Sul também superou a esperada em 13,3% para o açúcar e em 2,5% para o álcool. As exportações de açúcar da Região atingiram 400 mil toneladas.

A produção de álcool na Região Centro-Sul, de 10,914 bilhões de litros, somada às importações de metanol (630 milhões de litros), MTBE (130 milhões de litros) e álcool hidratado (40 milhões de litros), mais o estoque inicial (565 milhões de litros), resultaram numa oferta total de 12,279 bilhões de litros. Por outro lado, como a demanda foi de 11 bilhões de litros (consumo médio de 917 milhões de litros/mês), o estoque de passagem do álcool, em 30 de abril de 1992, era de 1,279 bilhão de litros. Até o momento não há definição quanto à adição de 22%

de álcool anidro à gasolina para o resto do País, continuando, portanto, a mistura de 12%, à exceção da região da Grande São Paulo.

A Associação das Indústrias de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo (AIAA), em conjunto com entidades representativas de outros estados, apresentaram uma perspectiva de produção semelhante à realizada em 1991/92, ou seja, a Região Centro-Sul deverá moer cerca de 174 milhões de toneladas de cana, com produções de açúcar e álcool de 5,8 milhões de toneladas e 10,3 bilhões de litros. No Estado de São Paulo deverão ser moídas 137 milhões de toneladas e produzidas 4,55 milhões de toneladas de açúcar e 8,1 bilhões de litros de álcool.

Dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA) também fornecem previsão de safra semelhante à anterior, ou seja, a área total plantada é de 2,18 milhões de hectares, a área a ser colhida de 1,86 milhão de hectares e a produção de 144 milhões de toneladas. Portanto, ao que tudo indica, o nível de produção previsto pela AIAA deverá ser alcançado.

A Secretaria do Desenvolvimento Regional, através da Portaria nº 60, de 16/06/92, aprovou o contingente de produção de açúcar e de álcool para a safra 1992/93 (Tabela 3).

O último reajuste concedido ao preço da cana-de-açúcar foi através da Portaria 63, de 16/06/92, com vigência em 17/06/92, elevando-o para Cr\$33.016,59 por tonelada para o fornecedor do Estado de São Paulo, correspondendo a cerca de US\$10. O preço na esteira da usina passou para Cr\$40.264,13, com 18% de ICMS.

O custo médio de produção da tonelada de

TABELA 3 - Plano de Produção de Açúcar e Alcool, Regiões e Brasil, 1992/93

Região/Estado	Açúcar (1.000 t)	Álcool (bilhão de litros)
Centro-Sul	5.434	11,182
São Paulo	4.035	8,600
Norte-Nordeste	2.738	2,013
Brasil	8.172	13,195

Fonte: Portaria nº 60, de 16/06/92, da Secretaria do Desenvolvimento Regional.

cana-de-açúcar, calculado pelo IEA para as DIRAs de Campinas e Ribeirão Preto, é de Cr\$16.558,21 correspondendo a US\$7,18, na segunda quinzena de abril (Tabelas 4 a 7).

Outros organismos calculam o custo de produção da cultura levando em conta diversos itens que o IEA não contempla em sua planilha, chegando

a valores acima de US\$11 por tonelada.

Além disso, se se considerar que o preço fixado para a tonelada de cana é sobre um padrão de 94 kg de açúcar por tonelada de cana e que, em geral, o fornecedor de cana consegue um padrão 25% acima do médio, conclui-se que no momento o setor está trabalhando com alguma margem de lucro.

TABELA 4 - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Cana-de-Açúcar, Plantio, Tração Motomecanizada, DIRA de Campinas, Produtividade de 95 t/ha, e DIRA de Ribeirão Preto, Produtividade de 100 t/ha, Estado de São Paulo, Safra 1991/92

Item	DIRA de Campinas			
	Cr\$		US\$ <sup>1</sup> Por tonelada	Participação percentual
	Por hectare	Por tonelada		
Mão-de-obra	138.482,29	1.457,71	0,63	5,82
Aubos e corretivo	424.686,00	4.470,38	1,94	17,83
Defensivos	149.085,50	1.569,32	0,68	6,26
Operação de máquinas	758.458,63	7.983,78	3,46	31,85
Empreita <sup>2</sup>	209.902,50	2.209,50	0,96	8,81
Mudas (toletes)	<u>246.000,00</u>	<u>2.589,47</u>	<u>1,12</u>	<u>10,33</u>
Custo operacional efetivo	1.926.614,92	20.280,16	8,79	80,91
Depreciação de máquinas	264.479,75	2.784,00	1,21	11,11
Encargos financeiros	120.413,43	1.267,51	0,55	5,06
Encargos sociais	<u>69.739,68</u>	<u>734,10</u>	<u>0,32</u>	<u>2,93</u>
Custo operacional total	2.381.247,78	25.065,77	10,87	100,00

Item	DIRA de Ribeirão Preto			
	Cr\$		US\$ <sup>1</sup> Por tonelada	Participação percentual
	Por hectare	Por tonelada		
Mão-de-obra	122.318,64	1.223,19	0,53	5,16
Aubos e corretivo	357.000,20	3.570,00	1,55	15,06
Defensivos	68.888,00	688,88	0,30	2,91
Operação de máquinas	709.493,29	7.094,93	3,08	29,92
Corte empreitado	125.254,00	1.252,54	0,54	5,28
Mudas (toletes)	<u>496.000,00</u>	<u>4.960,00</u>	<u>2,15</u>	<u>20,92</u>
Custo operacional efetivo	1.878.954,13	18.789,54	8,15	79,24
Depreciação de máquinas	273.987,37	2.739,87	1,19	11,56
Encargos financeiros	156.579,51	1.565,80	0,68	6,60
Encargos sociais	<u>61.599,67</u>	<u>616,00</u>	<u>0,27</u>	<u>2,60</u>
Custo operacional total	2.371.120,68	23.711,21	10,28	100,00

<sup>1</sup>Valor médio do dólar comercial da segunda quinzena de abril = Cr\$2.306,22.

<sup>2</sup>Refere-se a despesas com corte empreitado.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 5 - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Cana-de-açúcar, 2º Corte, Tração Motomecanizada, DIRA de Campinas, Produtividade de 75 t/ha, e DIRA de Ribeirão Preto, Produtividade de 78 t/ha, Estado de São Paulo, Safra 1991/92

Item	DIRA de Campinas			
	Cr\$		US\$ <sup>1</sup>	Participação percentual
	Por hectare	Por tonelada	Por tonelada	
Mão-de-obra	61.222,62	816,30	0,35	6,51
Aubos e corretivo	189.480,00	2.526,40	1,10	20,15
Defensivos	56.005,50	746,74	0,32	5,96
Operação de máquinas	281.203,88	3.749,39	1,63	29,91
Outros <sup>2</sup>	<u>174.560,25</u>	<u>2.327,47</u>	<u>1,01</u>	<u>18,57</u>
Custo operacional efetivo	762.472,25	10.166,30	4,41	81,09
Depreciação de máquinas	99.292,61	1.323,90	0,57	10,56
Encargos financeiros	47.654,52	635,39	0,28	5,07
Encargos sociais	<u>30.831,71</u>	<u>411,09</u>	<u>0,18</u>	<u>3,28</u>
Custo operacional total	940.251,10	12.536,68	5,44	100,00

Item	DIRA de Ribeirão Preto			
	Cr\$		US\$ <sup>1</sup>	Participação percentual
	Por hectare	Por tonelada	Por tonelada	
Mão-de-obra	51.514,44	660,44	0,29	5,52
Aubos e corretivo	244.875,80	3.139,43	1,36	26,25
Defensivos	68.888,00	883,18	0,38	7,38
Operação de máquinas	283.425,31	3.633,66	1,58	30,38
Corte empreitado	<u>102.963,90</u>	<u>1.320,05</u>	<u>0,57</u>	<u>11,04</u>
Custo operacional efetivo	751.667,45	9.636,76	4,18	80,57
Depreciação de máquinas	108.297,08	1.388,42	0,60	11,61
Encargos financeiros	46.979,22	602,30	0,26	5,04
Encargos sociais	<u>25.942,67</u>	<u>332,60</u>	<u>0,14</u>	<u>2,78</u>
Custo operacional total	932.886,42	11.960,08	5,19	100,00

<sup>1</sup>Valor médio do dólar comercial da segunda quinzena de abril = Cr\$2.306,22.

<sup>2</sup>Refere-se a despesas com corte empreitado.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola

TABELA 6 - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Cana-de-açúcar, 3º Corte, Tração Motomecanizada, DIRA de Campinas, Produtividade de 62 t/ha, e DIRA de Ribeirão Preto, Produtividade de 65 t/ha, Estado de São Paulo, Safra 1991/92

Item	DIRA de Campinas			
	Cr\$		US\$ <sup>1</sup>	Participação percentual
	Por hectare	Por tonelada	Por tonelada	
Mão-de-obra	57.227,44	923,02	0,40	6,36
Adbos e corretivo	189.480,00	3.056,13	1,33	21,06
Defensivos	56.005,50	903,31	0,39	6,23
Operação de máquinas	251.203,67	4.051,67	1,76	27,92
Outros <sup>2</sup>	<u>144.303,14</u>	<u>2.327,47</u>	<u>1,01</u>	<u>16,04</u>
Custo operacional efetivo	698.219,75	11.261,61	4,88	77,62
Depreciação de máquinas	88.767,05	1.431,73	0,62	9,87
Encargos financeiros	83.786,37	1.351,39	0,59	9,31
Encargos sociais	<u>28.819,74</u>	<u>464,83</u>	<u>0,20</u>	<u>3,20</u>
Custo operacional total	899.592,91	14.509,56	6,29	100,00

Item	DIRA de Ribeirão Preto			
	Cr\$		US\$ <sup>1</sup>	Participação percentual
	Por hectare	Por tonelada	Por tonelada	
Mão-de-obra	47.025,07	783,75	0,04	5,43
Adbos e corretivo	244.875,80	4.081,26	0,18	28,26
Defensivos	68.888,00	1.148,13	0,05	7,95
Operação de máquinas	259.724,03	4.328,73	0,19	29,97
Outros <sup>2</sup>	<u>85.803,25</u>	<u>1.320,05</u>	<u>0,57</u>	<u>9,82</u>
Custo operacional efetivo	706.316,16	10.866,40	4,71	80,85
Depreciação de máquinas	99.479,10	1.530,45	0,66	11,39
Encargos financeiros	44.144,76	679,15	0,29	5,05
Encargos sociais	<u>23.681,83</u>	<u>364,34</u>	<u>0,16</u>	<u>2,71</u>
Custo operacional total	873.621,84	13.440,34	5,83	100,00

<sup>1</sup>Valor médio do dólar comercial da segunda quinzena de abril = Cr\$2.306,22.

<sup>2</sup>Refere-se a despesas com corte empreitado.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 7 - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Cana-de-açúcar, 4º Corte, Tração Motomecanizada, DIRA de Campinas, Produtividade de 52 t/ha, e DIRA de Ribeirão Preto, Produtividade de 60 t/ha, Estado de São Paulo, Safra 1991/92

Item	DIRA de Campinas			
	Cr\$		US\$ <sup>1</sup>	Participação percentual
	Por hectare	Por tonelada	Por tonelada	
Mão-de-obra	57.227,44	1.100,53	0,48	6,55
Aubos e corretivo	189.480,00	3.643,85	1,58	21,69
Defensivos	56.005,50	1.077,03	0,47	6,41
Operação de máquinas	251.203,67	4.830,84	2,09	28,76
Outros <sup>2</sup>	<u>121.028,44</u>	<u>2.327,47</u>	<u>1,01</u>	<u>13,86</u>
Custo operacional efetivo	674.945,05	12.979,71	5,63	77,27
Depreciação de máquinas	88.767,05	1.707,06	0,74	10,16
Encargos financeiros	83.993,41	1.557,57	0,68	9,27
Encargos sociais	<u>28.819,74</u>	<u>554,23</u>	<u>0,24</u>	<u>3,30</u>
Custo operacional total	873.525,24	16.798,56	7,28	100,00

Item	DIRA de Ribeirão Preto			
	Cr\$		US\$ <sup>1</sup>	Participação percentual
	Por hectare	Por tonelada	Por tonelada	
Mão-de-obra	47.025,07	783,75	0,34	5,43
Aubos e corretivo	244.875,80	4.081,26	1,77	28,26
Defensivos	68.888,00	1.148,13	0,50	7,95
Operação de máquinas	259.724,03	4.328,73	1,88	29,97
Outros <sup>2</sup>	<u>79.203,00</u>	<u>1.320,05</u>	<u>0,57</u>	<u>9,14</u>
Custo operacional efetivo	699.715,91	11.661,93	5,06	80,74
Depreciação de máquinas	99.479,10	1.657,99	0,72	11,48
Encargos financeiros	43.732,24	728,87	0,32	5,05
Encargos sociais	<u>23.681,83</u>	<u>394,70</u>	<u>0,17</u>	<u>2,73</u>
Custo operacional total	866.609,08	14.443,48	6,26	100,00

<sup>1</sup>Valor médio do dólar comercial da segunda quinzena de abril = Cr\$2.306,22.

<sup>2</sup>Refere-se a despesas com corte empreitado.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola

## - FEIJÃO DE INVERNO

### - Situação Interna

O consumo total brasileiro de feijão vem-se mantendo estável desde 1988 apesar do crescimento populacional e das condições climáticas que possibilitam o cultivo dessa leguminosa em todos os meses do ano, com obtenção de até três safras anuais.

Alguns analistas tentam relacionar a queda gradual no consumo *per capita* de feijão com os salários da população, cada vez mais reduzidos. Outros arriscam eleger os elevados preços como responsáveis por uma provável mudança no costume alimentar dos brasileiros.

Contudo, verifica-se que em 1990, com o salário mínimo oficial, adquiria-se 62,5 kg de feijão (ao preço médio mensal no varejo na Cidade de São Paulo), enquanto que em 1991 a capacidade média de aquisição foi de 64,7 kg, com máximo de 102,9 kg observado em setembro e mínimo de 37,3 kg em maio. Em 1991, a capacidade média não foi ainda maior porque de abril a agosto ocorreu uma desobediência generalizada ao tabelamento de preços de feijão, imposto pela Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB), reduzindo o poder aquisitivo do salário mínimo, congelado nesse período em Cr\$17.000,00 por mês.

Pode-se também apontar que, em 1991, o poder de compra foi relativamente mais estável que em 1990, quando o coeficiente de amplitude foi menor. De outra parte, em 1990, com o valor de 100,0 kg de feijão era possível a aquisição média de 157,7 kg de arroz, enquanto que em 1991 a capacidade baixou para apenas 124,7 kg (Tabela 8).

Todavia, o referido tabelamento condicionou a uma oferta de feijão estritamente de baixa qualidade, enquanto que algumas variedades não atingidas pelo tabelamento como engopa ouro (Goiás), mulatinho ou bico-de-ouro (Bahia) e Iapar (Paraná) passaram a obter preços bem mais elevados no mercado, estimulando os produtores de feijão carioquinha de boa qualidade a exigirem melhores preços para venda, incompatíveis até com a tabela oficial no varejo. Por isso, o preço médio real recebido pelo produtor no Estado de São Paulo, em

1991, superou em 11,1% ao obtido no ano anterior (Tabela 9).

Em meados de 1991, a perspectiva de que o suprimento de feijão seria bastante apertado, com um estoque de passagem para 1992 de apenas 69.100 toneladas, segundo as primeiras estimativas da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), justificou aumento real de quase 20% no valor do preço mínimo de garantia do Governo Federal para a safra das águas 1991/92, com o intuito de incrementar a produção.

No entanto, o que realmente possibilitou a maior oferta de feijão em 1991 foi o tabelamento, que abriu o mercado paulista para a livre comercialização de produtos que anteriormente tinham pouca aceitação e, por isso mesmo, não foram tabelados.

O feijão bico-de-ouro, produzido na Bahia como mulatinho, sempre obteve as menores cotações no mercado atacadista de São Paulo. Excluído do tabelamento, seu preço ultrapassou todas as expectativas, animando os produtores a ampliarem a área plantada. Esses fatores mais as condições climáticas favoráveis conduziram o Estado da Bahia à posição de maior produtor brasileiro de feijão em 1991, posição sempre ocupada pelo Paraná.

A instabilidade do mercado interno de feijão, oriunda de um tabelamento inadequado e da possibilidade de um suprimento (balanço de oferta e demanda) insuficiente, abriu também espaço para que países vizinhos encontrassem um mercado altamente comprador, conseguindo exportar para o Brasil 88.600 toneladas de feijão (incluindo 47.300 toneladas de feijão preto) elevando o *carry over* para 1992 para 372.800 toneladas de feijão.

### - Perspectivas

A terceira safra brasileira de feijão (de inverno ou irrigado) está perdendo expressão como colheita estrategicamente obtida em período em que os preços tendiam a se elevar (devido a níveis menores de oferta). Além disso, o plantio nas mais variadas condições de clima e solo tem resultado em produto com baixa qualidade devido a ocorrências de doenças e pragas.

Apesar desse novo panorama, nos Estados

de Minas Gerais, Espírito Santo e Goiás, devido à menor incidência dos fatores negativos e menos limitação ao uso de água, os produtores têm ampliado sucessivamente a área plantada de feijão irrigado, obtendo também aumentos na produtividade, enquanto no Paraná, pioneiro no plantio de feijão de inverno, os agricultores não têm conseguido o mesmo sucesso nessa cultura, em termos de produtividade, levando a considerar a possibilidade de futuro abandono dessa alternativa, como já ocorreu com o Rio Grande do Sul e Santa Catarina (Tabela 10).

No Estado de São Paulo, nos últimos anos, verificaram-se oscilações regionalizadas na área ocupada com feijão de inverno devido a fatores como rotação de culturas e aproveitamento residual de terras arrendadas para o cultivo do algodão. De outra parte, a proximidade com o mercado consumidor da capital paulista contribui para que seja mantida ainda uma produção elevada (Tabela 11).

Apesar da redução de 7% no custo real de produção entre 1991 e 1992, os produtores estão propensos a diminuir a área cultivada com feijão de inverno em até 6%, conforme detectado pelo IEA/CATI no 4º Levantamento de Previsões e Estimativas das Safras Agrícolas do Estado de São Paulo, efetuado no período de 07 a 25 de abril.

Contudo, há que se registrar que o custo da energia elétrica mais operação de máquinas, que em 1991 era de 24% do Custo Operacional Total (COT), em 1992 foi elevado para 34%, segundo estimativa do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Assim, o Custo Operacional Total da cultura do feijão de inverno irrigado, safra 1992, na Divisão Regional Agrícola de São José do Rio Preto, para produção de 1.860 kg/ha, foi estimado em US\$25,59/sc. 60 kg a custo dos fatores levantados na segunda quinzena de abril. Em 1º de junho, o valor atualizado do COT seria de Cr\$73.555,00/sc. de 60 kg, dia em que o preço mínimo de garantia passou a valer Cr\$77.303,40, restando ao produtor a margem de apenas 5,1% para remunerar os fatores empresário, terra e capital próprio (Tabela 12).

Na realidade, a Política de Garantia de Preço Mínimo do Governo Federal (PGPM) tem-se demonstrado pouco efetiva, uma vez que o produtor tem que enfrentar diversos problemas para conseguir ser atendido. A prioridade é dada a quem tomou empréstimos para custeio, ou de alguma forma deve

para os Bancos Oficiais, numa clara evidência de preservação dos interesses dos Bancos, pois os valores dos empréstimos (EGF) ou de vendas (AGF) são bloqueados para liquidação de dívidas bancárias.

Como a maioria dos produtores, para escapar de elevados custos financeiros, deixou de tomar empréstimos de custeio para plantio, o que lhes proporcionaria automaticamente financiamento para comercialização, o número de produtores que agora estão procurando o amparo da PGPM tem sido maior do que o esperado, além do que a capacidade financeira de atendimento encontra-se limitada.

Outros problemas têm sido a falta de aparelhagem para redução do teor de umidade do produto, às vezes colhido em condições adversas e a insuficiência de armazéns aparelhados e credenciados pela CONAB, causando elevados prejuízos aos produtores que estão obtendo preços até 30% inferiores ao preço mínimo de garantia vigente.

A CONAB está estimando uma produção de 3.259,4 toneladas de feijão em 1992 (incluindo 491,4 mil toneladas de feijão preto), o que se constitui em recorde histórico. Apesar do elevado nível de oferta, resultante dessa produção e do estoque de passagem anterior, a CONAB prevê que o consumo poderá ser de apenas 2.626,0 mil toneladas, inferior, portanto, ao consumo total estimado para 1991 (Tabela 13).

Os clássicos problemas de comercialização, como excesso de oferta em determinados momentos, preços mínimos baixos em relação ao custo de produção, aquisições oficiais em regime de contatotas e normatização de regras com a safra em pleno andamento, voltam a acontecer agora no pico de colheita da 2ª safra de 1992 (feijão da seca) e precisam ser enfrentados com rapidez e seriedade para que não haja necessidade de importar alimentos básicos futuramente.

A culpa, por esses problemas, não cabe apenas ao Governo. O produtor de feijão, principalmente aquele que entra na atividade como simples oportunista, precisa se preocupar com a qualidade do produto e plantar apenas nas regiões recomendáveis, lembrando-se de que o consumidor brasileiro é muito exigente em relação ao aspecto e à variedade do feijão ofertado, o que às vezes pode resultar em redução de consumo.

TABELA 8 - Capacidade de Aquisição de Arroz e de Feijão com o Valor do Salário Mínimo

Período	Salário mínimo (1) (Cr\$)	Arroz (2) (Cr\$/kg)	Feijão (3) (Cr\$/kg)	Arroz (4) (1/2) (kg)	Feijão (5) (1/3) (kg)	Feijão/ arroz (6) (3/2) (%)
Jan./90	1.283,95	14,83	15,40	86,58	83,37	103,84
Fev./90	2.004,37	22,98	23,57	87,22	85,04	102,57
Mar./90	3.674,06	29,57	37,36	124,25	98,34	126,34
Abr./90	3.674,06	29,79	38,88	123,33	94,50	130,51
Mai./90	3.674,06	29,77	40,93	123,41	89,76	137,49
Jun./90	3.858,76	31,71	83,69	121,69	46,11	263,92
Jul./90	4.904,75	33,62	86,29	145,89	56,84	256,66
Ago./90	5.203,46	34,42	100,74	151,18	51,65	292,68
Set./90	6.056,31	45,97	96,31	131,74	62,88	209,51
Out./90	6.425,14	67,74	122,83	94,85	52,31	181,33
Nov./90	8.329,55	113,98	140,56	73,08	59,26	123,32
Dez./90	8.836,82	133,29	140,00	66,30	63,12	105,03
Média/90	4.827,11	48,97	77,21	98,57	62,52	157,67
Jan./91	12.325,60	178,13	149,69	69,19	82,34	84,03
Fev./91	15.895,46	214,79	180,88	74,00	87,85	84,21
Mar./91	17.000,00	217,96	183,23	78,00	92,78	84,07
Abr./91	17.000,00	231,06	337,30	73,57	50,40	145,98
Mai./91	17.000,00	217,49	455,49	78,16	37,32	209,43
Jun./91	17.000,00	225,14	449,37	75,51	37,83	199,60
Jul./91	17.000,00	240,95	438,58	70,55	38,76	182,02
Ago./91	17.000,00	241,05	415,53	70,52	40,91	172,38
Set./91	42.000,00	275,27	407,97	152,58	102,95	148,21
Out./91	42.000,00	487,72	493,42	86,12	85,12	101,17
Nov./91	42.000,00	568,67	537,82	73,86	78,09	94,58
Dez./91	42.000,00	616,69	562,50	68,10	74,67	91,21
Média./91	24.851,76	309,58	384,32	80,28	64,66	124,14
Jan./92	96.037,33	784,49	744,39	122,42	129,15	94,89
Fev./92	96.037,33	870,31	820,98	110,35	116,98	94,33
Mar./92	96.037,33	879,00	1.304,00	109,26	73,65	148,35
Abr./92	96.037,33	967,00	1.552,48	99,31	61,86	160,55

1 - Salário mínimo divulgado na Conjuntura Econômica da FGV.

2 e 3 - Preços médios de arroz e feijão no varejo, Cidade de São Paulo, divulgados em Informações Econômicas do IEA.

4 e 5 - Quantidades de arroz ou de feijão adquiríveis com um salário mínimo.

6 - Relação de troca feijão/arroz a nível de varejo, em São Paulo.

Fonte: Elaborada pelo Instituto de Economia Agrícola.



TABELA 9 - Preços Médios Mensais de Feijão Recebidos Pelos Produtores, Estado de São Paulo, 1989-92

(em Cr\$/sc. 60 kg)

Mês	Corrente			
	1989	1990	1991	1992
Jan.	30,96	575,22	5.202,70	24.454,69
Fev.	33,94	711,65	6.762,50	31.134,52
Mar.	37,13	1.539,29	7.567,23	45.887,84
Abr.	48,33	1.858,26	12.866,98	54.496,00
Mai	75,27	2.052,55	15.826,08	...
Jun.	133,42	2.493,34	15.086,24	...
Jul.	132,22	2.789,07	13.249,08	...
Ago.	131,49	2.596,85	11.289,42	...
Set.	128,68	2.930,26	13.517,39	...
Out.	122,45	3.938,69	17.456,92	...
Nov.	217,25	4.215,00	16.144,70	...
Dez.	236,25	4.093,82	22.182,90	...
Média	110,62	2.482,83	13.096,01	...

Mês	Real <sup>1</sup>			
	1989	1990	1991	1992
Jan.	88.435,33	69.321,77	57.001,71	43.665,74
Fev.	86.711,77	49.956,74	61.177,92	44.547,89
Mar.	91.013,92	59.594,36	63.832,43	54.396,58
Abr.	112.644,38	64.620,24	99.814,95	54.496,00
Mai	155.584,52	65.438,34	115.249,97	...
Jun.	217.554,01	72.916,66	100.000,84	...
Jul.	156.363,86	72.195,93	77.837,76	...
Ago.	113.935,58	59.523,83	57.429,48	...
Set.	80.263,60	60.122,67	59.179,54	...
Out.	54.673,25	70.790,25	60.730,00	...
Nov.	67.233,70	64.499,72	44.659,60	...
Dez.	48.942,24	53.793,50	50.240,84	...
Média	106.113,01	63.564,50	70.596,25	...

<sup>1</sup>Em valores de abril de 1992, corrigidos pelo IGP-DI (FGV).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 10 - Área, Produção e Rendimento de Feijão de Inverno (3ª Safra), por Estado, 1989-91

Estado	Área (ha)		
	1989	1990	1991
São Paulo	106.840	108.600	93.000
Minas Gerais	35.081	43.430	48.604
Espírito Santo	7.735	9.524	10.254
Paraná	13.280	21.986	30.500
Goiás	11.130	21.120	22.604
Tocantins	-	360	145
Distrito Federal	1.620	2.379	3.395
Brasil (3ª Safra)	175.686	207.399	208.502
Brasil (1ª Safra)	2.624.348	2.491.312	2.974.918
Brasil (2ª Safra)	2.380.982	1.981.374	2.274.364
<b>Total</b>	<b>5.181.016</b>	<b>4.680.085</b>	<b>5.457.784</b>

Estado	Produção (t)		
	1989	1990	1991
São Paulo	114.000	75.000	93.000
Minas Gerais	48.114	60.637	77.848
Espírito Santo	9.054	13.841	14.352
Paraná	6.054	8.672	13.420
Goiás	19.920	37.620	41.890
Tocantins	-	410	240
Distrito Federal	2.367	3.002	6.489
Brasil (3ª Safra)	199.509	199.182	247.239
Brasil (1ª Safra)	1.069.914	1.106.169	1.382.869
Brasil (2ª Safra)	1.041.123	927.788	1.109.392
<b>Total</b>	<b>2.310.546</b>	<b>2.233.139</b>	<b>2.739.500</b>

Estado	Rendimento (kg/ha)		
	1989	1990	1991
São Paulo	1.067	691	1.000
Minas Gerais	1.372	1.396	1.602
Espírito Santo	1.171	1.453	1.400
Paraná	456	394	440
Goiás	1.790	1.781	1.853
Tocantins	-	1.139	1.655
Distrito Federal	1.461	1.262	1.911
Brasil (3ª Safra)	1.136	960	1.186
Brasil (1ª Safra)	408	444	465
Brasil (2ª Safra)	437	468	488
<b>Total</b>	<b>446</b>	<b>477</b>	<b>502</b>

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

TABELA 11 - Área, Produção e Rendimento Médio da Cultura de Feijão de Inverno, Estado de São Paulo, 1989-91

DIRA	Área (ha)		
	1989	1990	1991
Registro	270	-	420
São José dos Campos	2.240	1.750	2.860
Sorocaba	-	350	800
Campinas	6.880	5.000	6.280
Ribeirão Preto	20.560	19.500	19.800
Bauru	1.320	1.000	630
São José do Rio Preto	8.530	11.400	11.700
Araçatuba	18.500	13.200	11.590
Presidente Prudente	45.240	54.500	42.500
Marília	3.300	1.900	3.020
Estado	106.840	108.600	99.600 <sup>1</sup>

DIRA	Produção (t)		
	1989	1990	1991
Registro	120	-	180
São José dos Campos	1.980	1.200	2.520
Sorocaba	-	300	420
Campinas	10.200	5.400	7.920
Ribeirão Preto	39.600	24.900	27.600
Bauru	1.800	1.200	600
São José do Rio Preto	12.000	10.500	10.800
Araçatuba	17.100	9.600	10.560
Presidente Prudente	27.600	21.000	19.200
Marília	3.600	900	1.500
Estado	114.000	75.000	81.300 <sup>1</sup>

DIRA	Rendimento (kg/ha)		
	1989	1990	1991
Registro	444	-	429
São José dos Campos	884	686	881
Sorocaba	-	857	525
Campinas	1.483	1.080	1.261
Ribeirão Preto	1.926	1.277	1.394
Bauru	1.364	1.200	952
São José do Rio Preto	1.407	921	923
Araçatuba	924	727	911
Presidente Prudente	610	385	452
Marília	1.091	474	497
Estado	1.067	691	816 <sup>1</sup>

<sup>1</sup>Diferem dos dados do quadro anterior por terem outra fonte.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 12 - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Feijão de Inverno Irrigado, Tração Motomecanizada, Produção de 31 sc. 60 kg, por Hectare, DIRA de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, Safra 1991/92

Item	Cr\$		US\$ <sup>1</sup>	Participação
	Por hectare	Por saca	Por saca	percentual
Mão-de-obra	105.238,25	3.394,78	1,47	5,75
Sementes	108.511,80	3.500,38	1,52	5,93
Adbos e corretivos	161.042,00	5.194,90	2,25	8,80
Defensivos	265.842,87	8.575,58	3,72	14,53
Operação de máquinas	617.984,42	19.934,98	8,64	33,78
Colheita empreitada	120.000,00	3.870,97	1,68	6,56
Sacaria	12.710,00	410,00	0,18	0,69
Custo operacional efetivo	1.391.329,33	44.881,59	19,46	76,06
Depreciação de máquinas	358.813,35	11.574,62	5,02	19,62
Encargos financeiros	26.087,42	841,53	0,36	1,43
Encargos sociais	52.997,98	1.709,61	0,74	2,90
Custo operacional total	1.829.228,09	59.007,36	25,59	100,00

<sup>1</sup>Valor médio do dólar comercial da segunda quinzena de abril = Cr\$ 2.306,22.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 13 - Estimativa de Suprimento de Feijão, Brasil, 1982/83 a 1991/92  
(em 1.000 t)

Ano comercial <sup>1</sup>	Oferta			Suprimento
	Estoque inicial	Produção	Importação	
1982/83	655,5	1.654,7	3,7	2.313,9
1983/84	222,4	2.616,1	60,5	2.899,0
1984/85	169,9	2.534,7	15,3	2.719,9
1985/86	332,0	2.244,8	95,0	2.671,8
1986/87	267,2	2.108,0	35,0	2.410,2
1987/88	106,3	2.752,0	10,0	2.868,3
1988/89	265,3	2.386,4	25,0	2.676,7
1989/90	76,7	2.339,9	70,3	2.486,9
1990/91	116,1	2.806,2	88,6	3.010,9
1991/92 <sup>2</sup>	372,8	3.259,4	13,5	3.645,7
Ano comercial <sup>1</sup>	Demanda			Estoque final
	Consumo	Excedente	Exportação	
1982/83	2.076,6	237,3	14,9	222,4
1983/84	2.723,5	175,5	5,6	169,9
1984/85	2.378,2	341,7	9,7	332,0
1985/86	2.400,0	271,8	4,6	267,2
1986/87	2.300,0	110,2	3,9	106,3
1987/88	2.600,0	268,3	3,0	265,3
1988/89	2.600,0	76,7	0,0	76,7
1989/90	2.370,8	116,1	0,0	116,1
1990/91	2.638,1	372,8	0,0	372,8
1991/92 <sup>2</sup>	2.626,0	1.019,7	0,0	1.019,7

<sup>1</sup>Período de doze meses, a partir de 01 de março de cada ano.

<sup>2</sup>Dados preliminares.

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

## - TRIGO

A área cultivada com trigo no Brasil, em 1991, de 2,0 milhões de hectares, foi 14% inferior à registrada no ano anterior e 37% inferior à de 1989. O que resultou numa produção de 2,9 milhões de toneladas, praticamente igual a de 1990 em função da recuperação da produtividade média (1.427 kg/ha), mas ainda aquém dos níveis alcançados no último quinquênio da década de oitenta, cuja média foi de 1.651 kg/ha (Tabela 14).

Essa situação reflete basicamente os péssimos resultados econômicos das últimas três safras (US\$114,32/t na média do período 1988-90), quando os preços recebidos pelos triticultores foram os mais baixos dos últimos dez anos, e a escassez de recursos para o financiamento de custeio, cuja conseqüência foi o baixo nível tecnológico na condução das lavouras, bem abaixo do recomendado pela pesquisa. Além disso, nesse período, a situação econômica do País era de insegurança em função do "Plano Collor" e, particularmente, para os triticultores, devido à discussão do processo de privatização da comercialização do trigo que veio a ser implementada a partir da safra do ano passado.

Para 1992 as perspectivas são um pouco mais favoráveis. Nos Estados do Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo, responsáveis por cerca de 80% da produção nacional do trigo, o plantio está praticamente encerrado e as primeiras estimativas indicam que a área plantada é de 1,5 milhão de hectares, 9% superior a de 1991.

Essa expansão de área é modesta e está longe de recuperar os níveis anteriores a 1990. Concorre para essa situação o aumento das cotações internacionais do produto em função da redução dos estoques mundiais (de 142,7 milhões para 129,8 milhões de toneladas) particularmente nos Estados Unidos, maior exportador mundial, cujas estimativas indicam queda de 23,6 milhões para 11,5 milhões de toneladas. Também, a produção da Argentina, atualmente o principal exportador para o Brasil, além de 19% inferior a do ano anterior está apresentando problemas de qualidade.

Contudo, os produtores brasileiros só começaram a usufruir dessa melhoria a partir de fevereiro último, quando realmente os preços apresentaram patamares mais elevados - do equivalente a

US\$127/tonelada FOB Cooperativa em novembro/91 os preços evoluíram para US\$150/t em fevereiro/92 -, pois os estoques das indústrias chegavam ao fim e os custos das importações estavam elevados, mesmo da Argentina. Naquele momento houve uma corrida dos moinhos pelo trigo de melhor qualidade ainda de posse das cooperativas, coincidindo com a época do vencimento dos contratos de Empréstimos do Governo Federal (EGFs). Em fevereiro/92 os preços FOB na Argentina estavam girando em torno de US\$125 e a internalização desse produto custaria um adicional referente a frete, taxa de importação, despesas portuárias, etc., da ordem de 60%, o que não compensava, principalmente porque havia produto nacional de melhor qualidade.

O preço mínimo de garantia para a safra de 1992, de Cr\$422.670,00 por tonelada em junho, à taxa de câmbio de 03/06/92, equivalente a US\$146/tonelada, está sendo considerado razoável, visto que o Custo Operacional Total (COT) para o Estado de São Paulo está estimado pelo Instituto de Economia Agrícola em US\$103,50/tonelada (Tabela 15).

Os Valores Básicos de Custeio, divulgados em 11/03/92, na ocasião, para trigo de sequeiro, nível 2 de referência, equivalente a US\$214/ha comparado ao COT de US\$168/ha também está razoável, mesmo para os grandes produtores, cujo limite de financiamento de 80% do VBC ainda cobre integralmente o custo operacional total.

Contudo, o que impediu uma maior expansão da área cultivada foi o atraso na liberação de crédito para o financiamento do custeio, pois os recursos só estiveram disponíveis em quantidades relativamente satisfatórias em maio, quando a época de plantio é de 15/03 a 31/05. Além disso, houve muita restrição para sua concessão, dado que ficaram excluídos os arrendatários, os produtores considerados sem estrutura produtiva, os que não liquidaram débitos anteriores e os de área inferior a dez hectares. O que contribuiu muito para a expansão da área foi o financiamento das cooperativas pelo sistema de troca, insumos por trigo.

No Rio Grande do Sul, segundo estado maior produtor, cujo plantio deverá se iniciar em junho, as perspectivas são de redução de área da ordem de 20%, e em Santa Catarina, cuja época de plantio é a mesma, os levantamentos preliminares

TABELA 14 - Área, Produção e Produtividade do Trigo, Para os Principais Estados e Brasil, 1985-91

Safra	Especificação	Unidade	Paraná	Rio Grande do Sul	Mato Grosso do Sul
1985	Área	ha	1.295.548	970.804	201.037
	Produção	t	2.712.432	983.520	323.506
	Produtividade	kg/ha	2.094	1.013	1.609
1986	Área	ha	1.974.000	1.197.104	396.039
	Produção	t	2.937.850	1.810.513	452.337
	Produtividade	kg/ha	1.509	1.512	1.142
1987	Área	ha	1.717.500	998.324	425.298
	Produção	t	3.297.787	1.754.103	558.972
	Produtividade	kg/ha	1.920	1.757	1.314
1988	Área	ha	1.775.000	1.012.268	344.283
	Produção	t	3.259.000	1.545.000	504.000
	Produtividade	kg/ha	1.836	1.526	1.464
1989	Área	ha	1.848.800	767.336	321.470
	Produção	t	3.134.880	1.453.198	460.909
	Produtividade	kg/ha	1.679	1.894	1.434
1990	Área	ha	1.197.149	988.158	184.427
	Produção	t	1.394.052	1.168.628	204.035
	Produtividade	kg/ha	1.164	1.183	1.106
1991(1)	Área	ha	1.185.000	619.135	113.953
	Produção	t	2.014.500	817.128	158.414
	Produtividade	kg/ha	1.700	1.320	1.400
Safra	Especificação	Unidade	São Paulo	Santa Catarina	Brasil
1985	Área	ha	156.400	40.000	2.676.725
	Produção	t	281.726	43.018	4.364.005
	Produtividade	kg/ha	1.801	1.075	1.630
1986	Área	ha	211.900	138.208	3.864.255
	Produção	t	312.432	143.685	5.684.200
	Produtividade	kg/ha	1.474	1.040	1.471
1987	Área	ha	180.030	124.801	3.455.897
	Produção	t	337.613	159.922	6.132.673
	Produtividade	kg/ha	1.875	1.281	1.774
1988	Área	ha	200.080	99.880	3.480.418
	Produção	t	404.000	86.000	5.829.000
	Produtividade	kg/ha	2.019	861	1.675
1989	Área	ha	219.650	92.600	3.260.334
	Produção	t	357.633	124.271	5.551.899
	Produtividade	kg/ha	1.628	1.342	1.703
1990	Área	ha	185.400	105.521	2.680.882
	Produção	t	248.400	108.288	3.093.485
	Produtividade	kg/ha	1.340	1.026	1.154
1991(1)	Área	ha	93.000	80.348	2.042.639
	Produção	t	123.600	103.163	2.914.923
	Produtividade	kg/ha	1.329	1.284	1.427

<sup>1</sup>Dados preliminares.

Fonte: Departamento de Comercialização do Trigo (CTRIN) do Banco do Brasil S/A; Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

TABELA 15 - Estimativa de Custo Operacional da Cultura do Trigo, Safra de Inverno, Região de Assis, Produtividade de 27 sc. 60 kg, por Hectare, Safra 1991/92

Item	Cr\$		US\$ <sup>1</sup>	Participação
	Por hectare	Por saca	Por saca	percentual
Mão-de-obra	19.206,85	711,36	0,31	4,97
Sementes	87.818,04	3.252,52	1,41	22,71
Corretivo	28.365,00	1.050,56	0,46	7,33
Fertilizante	52.330,00	1.938,15	0,84	13,53
Defensivos	68.376,70	2.532,47	1,10	17,68
Operação de máquinas	<u>79.205,56</u>	<u>2.933,54</u>	<u>1,27</u>	<u>20,48</u>
Custo operacional efetivo	335.302,16	12.418,60	5,38	86,70
Depreciação de máquinas	32.939,84	1.219,99	0,53	8,52
Encargos financeiros	8.801,68	325,99	0,14	2,28
Encargos sociais	<u>9.672,57</u>	<u>358,24</u>	<u>0,16</u>	<u>2,50</u>
Custo operacional total	386.716,25	14.322,82	6,21	100,00

<sup>1</sup>Valor médio do dólar comercial da segunda quinzena de abril = Cr\$2.306,22.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

indicam que a área cultivada deverá ser igual a do ano passado. Dessa forma, a área cultivada total nacional prevista para 1992 é de 2,1 milhões de hectares, apenas 2,0% superior a do ano passado, pois a expansão prevista para os três estados que plantam mais cedo deverá ser neutralizada em sua quase totalidade pela redução no Rio Grande do Sul.

A situação da triticultura gaúcha é mais delicada, em função de, no geral, apresentar produtividade por hectare um pouco inferior às de São Paulo e Paraná e, além disso, a indústria moageira dá

preferência às variedades cultivadas em São Paulo e Paraná por serem de melhor qualidade, em termos de processamento industrial. Por fim, a proximidade com a Argentina dificulta ainda mais a competitividade do produto gaúcho, face à integração dos países do Cone-Sul, através do MERCOSUL.

Ao considerar a produtividade média por hectare no último quinquênio dos anos oitenta, a produção nacional de trigo em 1992 deverá se situar em 3,5 milhões de toneladas, portanto, 21% superior a do ano anterior, mas bem abaixo da média do período citado, de 5,5 milhões de toneladas.

## - FRUTICULTURA

A participação nos gastos dos consumidores na aquisição das frutas, que integram a Cesta de Mercado do IEA para a cidade de São Paulo, apresentou ligeira redução em 1991, em relação a 1990. O dispêndio médio anual foi o menor registrado nos últimos sete anos, aparentemente indicando uma adequação do mercado ao baixo poder de compra da população. Os dados mensais indicam que, no primeiro semestre de 1991, os gastos com frutas foram superiores aos do mesmo período de 1990, enquanto no segundo semestre a situação inverteu-se. Tal comportamento foi determinado pelos preços da laranja e da banana, que representam mais de 70% deste item (Tabela 16).

Apesar do quadro recessivo em 1991, dentre a maioria das frutas analisadas houve maior produção e maior volume comercializado no Entrepósito Terminal de São Paulo (ETSP) e, conseqüentemente, menores preços no mercado atacadista, em relação aos do ano anterior (Tabelas 17, 18 e 19).

A produção de abacate mantém-se estável desde 1986/87 e as previsões para 1991/92 não indicam mudança de tendência.

Problemas na produção de abacaxi em outros estados provocaram elevação de preços no mercado paulistano e estimularam acentuada expansão da cultura cuja área e produção em São Paulo serão mais do que dobradas em 1991/92, em relação a 1989/90.

A gradativa redução dos pomares de figo não pode ser justificada pelos preços da fruta no ETSP, admitindo-se que a eliminação de pés velhos estaria ocorrendo devido aos altos custos de produção, na região de Campinas. As previsões para 1991/92 indicam a redução de cerca de 700 mil pés, em relação a 1987/88.

A implantação de pomares novos, a partir de 1987/88, na região de Araçatuba, com rendimentos de três a cinco vezes superiores ao da região de Campinas, multiplicou a produção paulista de goiaba de mesa em mais de quatro vezes, até 1990/91. Esse aumento na produção refletiu-se no incremento das entradas da fruta no ETSP que, de uma média aproximada de 1,9 milhão de caixetas no triênio 1985-87, passou para cerca de 2,7 milhões no quadriênio 1988-91. A maior oferta de goiaba de mesa levou a uma redução proporcional em seu preço real no atacado. As estimativas de safra para 1991/92

mostram redução de produtividade em Mirândópolis (região de Araçatuba) e erradicação de pomares em Valinhos (região de Campinas), o que parece indicar que os produtores buscam reequilibrar a oferta de maneira a obterem preços mais remuneradores.

Os preços no atacado também não justificam o grande aumento na produção de limão e limas ácidas (tahiti), que dobrou de 1985 para 1992. Esse comportamento talvez possa ser explicado por expectativas favoráveis no mercado externo da fruta fresca, principalmente de tahiti, aliadas à aplicação de capitais obtidos com a cultura da laranja. As estimativas de incremento na produção em 1991/92 indicam a entrada em produção de pés novos, bem como uma correção estatística na região de Taquaritinga, propiciada por recente cadastramento elaborado pelo FUNDECITRUS.

A redução de mais de 50% na entrada de mamão havaí de outros estados no mercado paulistano, no período 1985-91, vem estimulando o replantio do mamão comum em São Paulo. A recuperação dessa cultura está associada às soluções encontradas pelos Institutos de Pesquisa para problemas fitossanitários. A produção estimada para 1991/92 é um pouco menor do que 1990/91 porque a maioria dos pés plantados ainda não entrou em produção.

Com exceção da safra de 1989/90, a área plantada e em produção de melancia no Estado de São Paulo vem apresentando certa estabilidade, o mesmo ocorrendo com os volumes comercializados no atacado e seus preços reais.

A previsão de safra para 1991/92 indica que a cultura do pêssego de mesa, após anos de estabilidade, está novamente sendo expandida em São Paulo. No biênio 1990-91 foram registradas menores entradas e menores preços no ETSP o que, aparentemente, indica problemas de qualidade no pêssego, que perde a preferência do consumidor para frutas concorrentes e concentração da colheita em períodos menos favoráveis de preços.

Os pomares de tangerinas têm-se mantido estabilizados ao redor dos 7 milhões de pés desde 1984/85 até 1991/92. As entradas de tangerinas no ETSP também são relativamente constantes, no entanto, o preço da poncan, em 1991, atingiu um valor muito baixo.

Embora as entradas de uva niagara no ETSP, em 1990 e 1991, tenham sido superiores à média do período 1985-91 e, conseqüentemente, seus preços tenham sido inferiores à média desse período,



as previsões para 1991/92 indicam expansão dos pomares e da produção de uva comum de mesa, refletindo em parte a confiança dos viticultores da Região de Jundiá, uma vez superado o problema do declínio das videiras provocado por fungo (*Eutypa lata*).

A cultura da uva fina de mesa mostra evolução constante e positiva do número de pés plantados e da produção, a partir de 1987/88, provocando também uma oferta crescente da uva Itália no mercado atacadista da capital e que acabou se refletindo em decréscimo acentuado de preços reais diante da recessão econômica. Cabe ressaltar que o surgimento de novas áreas produtivas, como na região de Jales, tem aumentado a oferta da fruta nos meses de entressafra, particularmente de julho a novembro e assim contribuído não só para a redução do preço médio anual, bem como da amplitude de variação estacional.

Tradicionalmente, a área colhida e a produção de banana, no Estado de São Paulo, têm variado mais em função de fatores climáticos como enchentes, ventos fortes e temperaturas atípicas do que como resultado de ação intencional dos produtores. As entradas de banana (verde e climatizada) no ETSP sofreram forte queda em 1990 em função de inundações. Em 1991, enquanto se registrou volume recorde na comercialização no atacado de banana climatizada, para a banana verde ocorreu pequena evolução em relação a 1990, ficando bem abaixo da média do período 1985-89.

Esses mercados diferenciados afetam distintos grupos de produtores: os mais tecnificados ao sul de Registro e os menos tecnificados ao norte. Apesar da redução da oferta nos chamados "leilões" da banana verde em São Paulo, os preços ali praticados, no período de junho a dezembro de 1991, podem ser classificados de baixos a baixíssimos, provocando a inviabilização econômica de produtores que utilizam inadequadamente os insumos de produção.

Como a principal região produtora do estado - o Vale do Ribeira - não oferece muitas alternativas agropecuárias, não é comum a erradicação da cultura devido a conjunturas desfavoráveis. Assim, a previsão de redução de área colhida em 1991/92 seria encarada com reservas. No entanto, com as notícias de que fortes ventos provocaram a

derrubada de cerca de 6 a 8 milhões de pés de banana, fato ainda a ser melhor dimensionado, pode-se prever uma real retração na área colhida. O comportamento da produção dependerá ainda da temperatura. Com os fortes ventos em São Paulo e as inundações em Santa Catarina, ocorridas em maio de 1992, é razoável aguardar-se elevação de preços no mercado interno. As exportações de banana para a Argentina e Uruguai, no período janeiro a abril de 1992, atingiram 28.782 toneladas e 5,3 milhões de dólares, respectivamente, 10% e 15% inferiores ao mesmo período de 1991, mas indicam um desempenho anual superior aos de 1987 a 1990.

Um ponto que merece destaque especial é o significativo aumento no valor das exportações brasileiras de frutas frescas que, em 1991, alcançou US\$82,9 milhões de dólares FOB. Ao mesmo tempo, observa-se que apenas para abacate, goiaba, maçã e caqui registram-se menores quantidades exportadas (Tabela 20).

De outra parte, verifica-se que dentre as dezoito frutas analisadas, o preço médio anual de exportação em 1991 em relação ao de 1990 foi superior para doze espécies, enquanto para as outras seis as cotações foram inferiores. Porém, nos casos do abacaxi e das tangerinas os preços de 1991 ainda foram mais elevados do que as médias observadas de 1986 a 1990.

TABELA 16 - Valor Total e Participação de Frutas no Gasto Total da Cesta de Mercado, Cidade de São Paulo, 1985-91<sup>1</sup>

(continua)

Ano		Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maió.	Jun.	Jul.
1985	Frutas	55.049	51.314	46.265	45.365	46.682	48.534	30.907
	Total	387.857	400.797	389.449	382.658	383.596	396.128	327.861
	Part. percentual	14,2	12,8	11,9	11,9	12,2	12,3	9,4
1986	Frutas	29.984	30.240	31.322	28.468	28.398	27.252	26.041
	Total	321.349	298.799	300.959	297.757	292.167	289.755	279.919
	Part. percentual	9,3	10,1	10,4	9,6	9,7	9,4	9,3
1987	Frutas	37.654	35.980	31.752	25.359	23.280	19.895	20.873
	Total	346.593	310.688	279.916	272.321	270.606	254.478	252.728
	Part. percentual	10,9	11,6	11,3	9,3	8,6	7,8	8,3
1988	Frutas	36.500	28.356	24.867	23.515	22.132	20.566	23.822
	Total	227.053	216.519	224.261	226.469	227.776	237.357	241.662
	Part. percentual	16,1	13,1	11,1	10,4	9,7	8,7	9,9
1989	Frutas	21.252	22.994	28.655	27.456	24.762	20.252	21.606
	Total	240.969	245.777	251.299	262.021	280.882	290.523	252.521
	Part. percentual	8,8	9,4	11,4	10,5	8,8	7,0	8,6
1990	Frutas	23.476	23.660	22.271	23.202	23.810	23.521	27.898
	Total	241.581	237.257	230.253	219.849	211.964	224.270	222.781
	Part. percentual	9,7	10,0	9,7	10,6	11,2	10,5	12,5
1991	Frutas	24.066	26.375	27.103	24.258	24.932	24.371	22.783
	Total	218.168	219.209	212.554	222.046	215.257	208.241	204.005
	Part. percentual	11,0	12,0	12,8	10,9	11,6	11,7	11,2
Média	Frutas	32.569	31.274	30.319	28.232	27.714	26.342	24.847
	Total	283.367	275.578	269.813	269.017	268.893	271.536	254.497
	Part. percentual	11,5	11,3	11,2	10,5	10,3	9,7	9,8

<sup>1</sup>Em cruzeiro de abril de 1992, corrigido pelo Índice 2, de Conjuntura Econômica, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 16 - Valor Total e Participação de Frutas no Gasto Total da Cesta de Mercado, Cidade de São Paulo, 1985-91<sup>1</sup>

		(conclusão)					
Ano		Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Média
1985	Frutas	26.020	27.441	31.342	37.060	36.308	40.190
	Total	304.787	291.146	291.299	305.664	303.563	347.067
	Part. percentual	8,5	9,4	10,8	12,1	12,0	11,6
1986	Frutas	29.112	29.030	34.619	43.299	40.124	31.491
	Total	282.705	278.466	289.533	323.466	338.107	299.415
	Part. percentual	10,3	10,4	12,0	13,4	11,9	10,5
1987	Frutas	24.368	26.449	29.547	38.177	34.837	29.014
	Total	251.521	241.980	237.309	240.660	232.515	265.943
	Part. percentual	9,7	10,9	12,5	15,9	15,0	10,9
1988	Frutas	26.231	27.281	28.000	29.448	27.124	26.487
	Total	241.615	241.577	240.634	253.055	249.752	235.644
	Part. percentual	10,9	11,3	11,6	11,6	10,9	11,2
1989	Frutas	23.985	25.137	22.892	27.030	26.204	24.352
	Total	249.551	227.024	207.825	218.960	219.806	245.597
	Part. percentual	9,6	11,1	11,0	12,3	11,9	9,9
1990	Frutas	30.444	29.280	31.274	28.618	28.857	26.359
	Total	222.047	224.305	225.218	219.396	212.581	224.292
	Part. percentual	13,7	13,1	13,9	13,0	13,6	11,8
1991	Frutas	22.399	24.418	23.031	26.225	23.064	24.419
	Total	195.342	195.156	207.811	214.136	202.898	209.569
	Part. percentual	11,5	12,5	11,1	12,2	11,4	11,7
Média	Frutas	26.080	27.005	28.672	32.837	30.931	28.902
	Total	249.653	242.808	242.804	253.620	251.318	261.075
	Part. percentual	10,4	11,1	11,8	12,9	12,3	11,1

<sup>1</sup>Em cruzeiro de abril de 1992, corrigido pelo Índice 2, de Conjuntura Econômica, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

TABELA 17 - Número de Pés e Produção das Principais Frutíferas do Estado de São Paulo, 1985/92

Fruta	Número de pés (novos e em produção, em 1.000 unidades)							
	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88	1988/89	1989/90	1990/91	1991/92 <sup>1</sup>
Abacate (ex. 22 kg)	1.140	1.035	900	840	870	810	910	910
Abacaxi (ex. 17 kg)	63.480	48.530	64.890	60.750	36.850	21.260	32.500	47.950
Figo de mesa (ex. 1,8 kg)	1.620	1.647	1.980	2.067	1.974	1.900	1.540	1.355
Goiaba de mesa (ex. 3,5 kg)	160	150	145	190	235	242	250	235
Laranja (ex. 40,8 kg)	129.020	135.585	144.740	156.470	172.360	180.860	196.470	201.000
Limão (ex. 40,8 kg)	4.850	5.380	5.890	6.810	7.180	7.140	7.070	7.510
Mamão (ex. 34 kg)	2.640	1.510	1.210	710	405	470	630	960
Melancia (kg) <sup>2</sup>	2.570	2.380	4.800	4.140	4.200	3.570	4.680	4.750
Pêssego de mesa (ex. 2,34 kg)	425	440	400	400	430	500	475	680
Tangerinas (ex. 40,8 kg) <sup>3</sup>	7.230	6.376	7.237	7.174	7.250	7.070	6.810	7.150
Uva comum (ex. 6 kg)	32.660	32.720	33.090	33.270	34.470	33.950	34.200	36.360
Uva fina (ex. 8 kg)	1.340	1.130	1.060	1.080	1.250	1.440	1.720	1.990
Banana (t) <sup>2</sup>	44,9	48,7	52,4	49,3	46,8	44,5	47,5	42,2

Fruta	Produção (em 1.000 unidades)							
	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88	1988/89	1989/90	1990/91	1991/92 <sup>1</sup>
Abacate (ex.22 kg)	4.000	3.640	3.630	3.230	3.420	3.290	3.440	3.700
Abacaxi (ex.17 kg)	2.909	2.210	2.450	2.300	1.920	889	925	1.600
Figo de mesa (ex. 1,8 kg)	8.380	8.726	10.550	10.240	10.150	9.000	8.550	7.650
Goiaba de mesa (ex.3,5 kg)	1.600	1.920	2.010	4.580	7.470	8.110	8.550	6.120
Laranja (ex. 40,8 kg)	218.000	190.070	234.350	248.780	296.560	291.900	322.100	300.970
Limão (ex. 40,8 kg)	8.600	8.510	9.710	12.540	13.340	14.000	14.500	17.030
Mamão (ex. 34 kg)	1.650	790	1.240	480	115	370	620	560
Melancia (kg) <sup>2</sup>	67.240	90.720	113.920	100.150	106.300	88.010	117.100	126.000
Pêssego de mesa (ex.2,34 kg)	5.330	7.240	5.590	5.670	6.100	7.175	6.980	7.500
Tangerinas (ex.40,8 kg) <sup>3</sup>	16.370	14.670	15.092	14.442	14.790	13.980	14.240	14.820
Uva comum (ex.6 kg)	7.700	14.640	14.610	12.700	14.270	14.500	14.160	15.310
Uva fina (ex. 8 kg)	3.370	3.830	3.430	4.120	4.480	5.740	5.670	6.250
Banana (t) <sup>2</sup>	789	1.122	1.140	984	1.089	828	932	946

<sup>1</sup>Estimativas feitas em fevereiro de 1992.

<sup>2</sup>Melancia em hectare e banana em 1.000 ha.

<sup>3</sup>Inclui as tangerinas cravo, mexericã, poncan e murcote.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 18 - Entradas de Frutas no Entrepósito Terminal de São Paulo (CEAGESP), 1985-91

Fruta	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	Média 1985-91
Abacate (cx. 22 kg)	1.804.566	1.393.086	1.620.445	1.449.690	1.599.221	1.672.054	1.454.114	1.570.454
Abacaxi (cento)	203.166	268.022	282.895	197.764	211.880	179.078	188.179	218.712
Banana (t)	162.599	154.422	157.811	159.760	154.487	120.671	127.945	148.242
Figo (exta. 1,8 kg)	2.738.597	2.222.672	2.008.369	2.205.898	2.044.171	1.610.631	1.726.266	2.079.515
Goiaba (exta. 3,7 kg)	1.846.664	2.081.597	1.943.566	2.476.412	2.827.612	2.577.415	2.971.501	2.389.252
Laranja (cx. 27 kg)	11.818.519	17.359.815	16.519.337	12.172.505	14.542.352	15.491.148	16.113.168	14.859.549
Limão (cx. 27 kg)	1.686.869	1.990.122	2.316.821	2.484.291	2.261.784	2.646.251	2.204.999	2.227.305
Mamão formosa (cx. 34 kg)	1.785.155	1.965.391	1.817.848	1.805.978	1.897.760	1.999.613	2.314.564	1.940.901
Mamão havaí (exta. 6 kg)	9.021.694	9.452.816	9.013.764	7.214.387	5.968.883	4.557.778	4.298.684	7.075.429
Melancia (kg)	68.068.911	80.805.974	74.626.459	73.772.546	85.481.505	79.639.152	75.074.639	76.781.312
Morango (exta. 3,2 kg)	2.238.813	1.796.394	2.241.908	2.383.423	1.590.567	1.577.217	2.202.677	2.004.428
Pêssego (exta. 2,34 kg)	2.890.674	2.420.287	2.726.454	2.582.252	2.392.358	2.017.607	2.171.476	2.457.301
T. cravo (cx. 28 kg)	161.141	434.779	257.488	389.438	224.995	240.459	330.470	291.253
T. murçot (cx. 30 kg)	486.186	779.069	730.944	527.686	766.772	697.757	721.098	672.787
T. poncan (cx. 27 kg)	1.589.632	1.680.959	1.771.118	1.234.398	1.878.819	1.592.100	1.660.287	1.629.616
Uva Itália (exta. 8 kg)	2.080.605	1.861.670	1.809.140	1.708.278	2.098.221	2.110.524	2.411.000	2.011.348
Uva niagara (exta. 6 kg)	4.062.329	4.415.770	5.132.588	4.244.410	3.430.453	5.551.735	5.189.478	4.575.252

Fonte: Boletins Mensais da CEAGESP.

TABELA 19 - Preços Reais de Frutas no Entrepósito Terminal de São Paulo (CEAGESP), 1985-91<sup>1</sup>

Fruta	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	Média 1985-91
Abacate (cx. 22 kg)	12.317	15.622	15.089	13.169	14.262	9.515	10.847	12.975
Abacaxi (cento)	140.330	156.706	104.753	106.466	117.657	191.732	171.417	141.294
Banana climatizada (cx. 21 kg)	8.777	10.767	8.573	9.131	9.258	10.447	9.456	9.487
Figo (exta. 1,8 kg)	2.869	3.836	4.233	3.132	2.733	2.896	3.517	3.317
Goiaba (exta. 3,7 kg)	4.729	6.591	6.130	4.159	5.112	4.444	4.211	5.054
Laranja (cx. 27 kg)	15.230	12.489	12.776	16.141	11.161	12.175	10.244	12.888
Limão (cx. 27 kg)	33.903	21.395	14.797	13.164	15.847	12.349	13.270	17.818
Mamão formosa (cx. 34 kg)	19.272	19.781	20.091	16.751	19.151	15.889	12.250	17.598
Mamão havaí (exta. 6 kg)	5.890	6.589	5.663	4.822	7.548	5.899	4.961	5.910
Melancia (kg)	444	514	509	407	437	565	398	468
Morango (exta. 3,2 kg)	9.599	17.593	11.087	10.489	16.722	16.775	10.484	13.250
Pêssego (exta. 2,34 kg)	5.987	8.937	5.133	4.413	4.726	4.086	4.107	5.341
T. poncan (cx. 27 kg)	12.584	14.412	10.806	14.266	14.101	13.958	9.931	12.865
Uva Itália (exta. 8 kg)	20.644	28.630	24.466	19.195	19.438	16.647	14.613	20.519
Uva niagara (exta. 6 kg)	10.884	15.107	12.272	10.217	11.432	8.334	7.755	10.857

<sup>1</sup>Em cruzeiro de abril de 1992, corrigido pelo Índice 2, de Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Boletins Mensais da CEAGESP.

TABELA 20 - Exportações Brasileiras de Frutas Frescas, 1986 a 1991

Produto	1986			1987			1988		
	t	US\$1.000	US\$/t	t	US\$1.000	US\$/t	t	US\$1.000	US\$/t
Banana	101.166	13.878	137	81.220	12.003	148	76.860	11.764	153
Abacaxi	15.604	4.327	277	15.202	4.425	291	10.806	3.202	296
Coco em casca	281	140	500	367	182	497	174	78	448
Abacate	146	64	440	223	87	388	345	161	467
Goiaba	328	280	855	323	275	851	466	374	801
Manga	3.397	2.219	653	3.044	1.966	646	5.301	3.309	624
Laranja	87.867	16.669	190	81.093	17.198	212	79.111	16.708	211
Tangerina	7.120	1.807	254	5.878	1.478	251	5.472	1.450	265
Limão	377	135	358	278	78	280	97	52	543
Limão Taithi	2.231	848	380	2.207	804	364	2.447	965	394
Outras frutas cítricas	60	67	1.119	44	54	1.205	60	73	1.215
Figo	488	590	1.211	506	586	1.157	736	820	1.114
Uva	2.928	3.152	1.076	1.247	1.321	1.059	3.162	3.361	1.063
Maçã	33	11	344	117	34	288	608	230	378
Morango	1.384	1.651	1.193	950	1.231	1.296	197	226	1.143
Melão	7.128	2.928	411	7.710	3.389	440	14.297	5.829	408
Melancia	693	108	155	478	90	189	377	65	174
Caqui	238	265	1.115	114	128	1.121	302	331	1.094
Mamão	2.522	1.374	545	3.097	1.629	526	4.021	2.108	524
Outras frutas frescas	148	174	1.175	219	256	1.170	258	365	1.417
<b>Total</b>	<b>234.137</b>	<b>50.687</b>	<b>216</b>	<b>204.138</b>	<b>47.213</b>	<b>231</b>	<b>205.098</b>	<b>51.472</b>	<b>251</b>

Produto	1989			1990			1991		
	t	US\$1.000	US\$/t	t	US\$1.000	US\$/t	t	US\$1.000	US\$/t
Banana	83.593	12.194	146	53.719	8.898	166	91.142	18.332	201
Abacaxi	12.418	3.679	296	7.910	3.113	394	15.212	5.057	332
Coco em casca	46	102	2.217	366	175	478	767	300	391
Abacate	351	150	427	784	316	403	509	227	446
Goiaba	375	300	800	259	211	815	187	188	1.005
Manga	5.422	3.293	607	4.645	2.879	620	7.618	4.746	623
Laranja	91.452	17.806	195	77.120	18.251	237	109.497	21.602	197
Tangerina	6.629	1.475	223	4.622	1.417	307	7.917	2.328	294
Limão	758	181	239	161	36	224	284	63	222
Limão Taithi	3.041	953	313	2.673	821	307	3.576	1.499	419
Outras frutas cítricas	733	147	201	1.890	598	316	2.737	766	280
Figo	651	703	1.080	540	591	1.094	578	702	1.215
Uva	2.011	1.821	906	1.845	2.242	1.215	2.882	6.063	2.104
Maçã	3.038	1.122	369	6.293	2.522	401	3.307	1.684	509
Morango	2	3	1.500	66	78	1.182	290	427	1.472
Melão	20.113	8.075	401	22.315	9.023	404	38.455	16.011	416
Melancia	440	70	159	1.017	512	503	2.700	416	154
Caqui	141	157	1.113	109	119	1.092	70	81	1.157
Mamão	4.071	2.090	513	4.019	2.027	504	4.258	2.281	536
Outras frutas frescas	106	106	1.000	75	72	960	41	86	2.098
<b>Total</b>	<b>235.391</b>	<b>54.427</b>	<b>231</b>	<b>190.428</b>	<b>53.901</b>	<b>283</b>	<b>292.027</b>	<b>82.859</b>	<b>284</b>

Fonte: Carteira do Comércio Exterior (CACEX) e Departamento de Comércio Exterior (DECEX ex-CACEX).